

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2399/2021

Aos **23** dias do mês de **fevereiro** do ano de **2021** (dois mil e vinte e um), na **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO**, empresa de economia mista vinculada ao Governo do Estado de Sergipe, com sede nesta cidade de Aracaju-SE, no endereço Rua Campo do Brito nº 331 – Bairro 13 de Julho – Aracaju-SE – CEP: 49020-380, inscrita no CNPJ/ MF sob o nº 13.018.171/0001-90, por seu representante legal, o Diretor Presidente **Carlos Fernandes de Melo Neto**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CNPF sob o nº 661.828.835-53 e seu Diretor de Gestão Corporativa **Ricardo Pereira Simões dos Reis**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CNPF sob o nº 601.372.825-91, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2021**, homologado em 19/02/2021 pelo Ordenador de Despesas da DESO às fls. 309 a 317 do Processo Administrativo 2399/2021, **RESOLVE** registrar o(s) preço(s) para a aquisição dos materiais/serviços descritos no Anexo I do Edital, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido o(s) mesmo(s) oferecido(s) pela empresa **W.C.S. COMERCIAL DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E DE LIMPEZA LTDA-ME**, situada na Rua Pernambuco, nº 1230, Bairro Siqueira Campos, nesta cidade de Aracaju/SE, CEP 49075-460, inscrita no CNPJ 02.081.582/0001-03, representada neste ato pelo Sr. **José Welton Carvalho Santos**, inscrito no CPF/MF sob o nº 017.568.635-12, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame para os referidos itens do **LOTE 04** e, em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS, PELO MENOR PREÇO POR LOTE, NO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS, DESTINADOS ÀS UNIDADES DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE DESO**, obedecidas às condições estabelecidas, a descrição detalhada, obrigações assumidas, normas e instruções constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 013/2021 e seus anexos que, com a Proposta, passam a fazer parte integrante deste documento, independente de transcrições.

CLÁUSULA II – DA VIGÊNCIA E DO VALOR DA ATA

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços, firmada entre a DESO e a empresa acima relacionada, terá a validade de **12 (doze) meses**, incluídas eventuais prorrogações, conforme o disposto no art. 12º do Decreto no 7.892/2013, cujo valor global é de **R\$19.199,60** (dezenove mil, cento e noventa e nove reais e sessenta centavos).

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a DESO não será obrigada a adquirir os materiais referido na CLÁUSULA I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, respeitada a legislação relativa às licitações.

CLÁUSULA III – DA VINCULAÇÃO

3.1 – O disposto na presente Ata terá que ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital, sendo observadas as disposições da Lei 10.520, de 18 de julho de 2002, e do Decreto no 3.555 de 08 de agosto de 2000, do Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 3.693 de 20 de dezembro de 2000, do Decreto 3.784,

de 06 de abril de 2001, do Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, bem como pela Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da DESO, aprovado pelo Conselho de Administração da DESO em 24/01/2018 e publicado em 22/03/2018, com vigência a partir de 02/05/2018.

CLÁUSULA IV – DA OBRIGAÇÃO DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, OU HABILITAÇÃO, EXIGIDAS NA LICITAÇÃO

4.1 – As condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e seus Anexos terão que ser mantidas durante toda a vigência da presente Ata pela empresa classificada, ficando facultado à DESO, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fases.

4.2 – Quando da execução do objeto, a empresa classificada terá que manter as condições da habilitação sob pena de rescisão e aplicação das sanções previstas no Edital Licitatório, na Ata de Registro de Preços e nas demais disposições legais pertinentes, garantida a ampla defesa.

CLÁUSULA V – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTES (CARONA)

5.1 – Somente as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, que não tenham participado do processo licitatório para a formação da ata de registro de preços, poderão firmar contratos por adesão a essa ata durante a sua vigência.

5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas no instrumento convocatório e no RILC, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com a DESO.

5.3 – As contratações por adesão a que se refere este item não poderão exceder, por empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços da DESO.

5.4 – As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, a no máximo o quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

5.5 – Caso haja anuência do fornecedor beneficiário, cada empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias poderão adquirir até 100% (cem por cento) dos quantitativos máximos registrados na ata de registro de preços, por órgão.

5.6 – Na hipótese prevista na condição anterior, a contratação dar-se-á pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados na Ata.

5.7 – Compete a empresa pública, a sociedade de economia mista ou a sua subsidiária que não participou do registro de preços, praticar os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências a DESO.

5.8 – Após a autorização da DESO, a empresa pública, a sociedade de economia mista ou a sua subsidiária que não participou do registro de preços, deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA VI – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

6.1 – Será incluído nesta Ata na forma do Anexo II, o registro das Licitantes que aceitarem cotar os materiais com preços iguais aos da Licitante Vencedora na sequência da classificação do certame.

6.2 – A ordem de classificação das Licitantes registradas na ata será respeitada nas contratações.

6.3 – O registro a que se refere o **item 6.1** desta Cláusula tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto 7.892/2013.

6.4 – Se houver mais de um Licitante na situação de que trata o **item 6.1** desta cláusula, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

6.5 – A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.3 desta cláusula, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto 7.892/2013.

CLÁUSULA VII – DO PRAZO

7.1 – O prazo para entrega do material será de **10 (dez) dias** sequenciais, contados a partir da data de cada solicitação, que será de acordo com a necessidade da DESO.

7.2 – O fornecimento deverá obedecer às condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 013/2021 e seus anexos.

7.3 – Todos os materiais a serem utilizados, deverão obedecer às especificações constantes do Edital, seus Anexos e desta Ata.

7.4 – A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o material entregue em desacordo com os termos do Edital, seus Anexos e desta Ata.

7.5 – O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade do contratado pela qualidade e garantia do material.

CLÁUSULA VIII – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

8.1 – O preço registrado, a especificação do bem, a quantidade, empresa prestadora e demais condições encontram-se elencados no Anexo I da presente Ata.

CLÁUSULA IX – DAS CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS

9.1 – A aquisição dos materiais só estará caracterizado através da Ordem de Fornecedor, emitida pela Contratante.

9.2 – A empresa fica obrigada a prestar o fornecimento durante a vigência desta Ata.

9.3 – Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a realizar os ser-

viços dos itens constantes das Ordens de Fornecimento, poderão ser convocados os demais classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento e as negociações para redução dos valores, aplicando-se as penalidades previstas neste instrumento.

9.4 – Se a qualidade dos materiais entregues não corresponder às especificações exigidas no edital que precedeu a presente Ata, será convocado o prestador para substituição/correção no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.5 – Cada material deverá ser efetuado mediante solicitação da DESO com emissão da respectiva Ordem de Fornecimento.

9.6 – Os materiais deverão ser entregues acompanhados de Nota Fiscal correspondente.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - Além dos encargos resultantes da observância da Lei nº 13.303/2016, da Lei nº 10.520/02 e do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da DESO, compete à CONTRATADA:

a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

b) Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

c) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos no máximo de 25%, tomando-se por base o valor contratual.

e) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade, o fato da contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução do contrato.

f) Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais, e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específica de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução do contrato.

g) Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipóteses estas que serão respondidas no prazo máximo de 6 (seis) horas.

h) Substituir os itens que apresentarem condições de defeito ou quaisquer problemas detectados ou que estejam em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da sua notificação através de e-mail e/ ou telefone.

i) Cumprir as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido

em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

- j) Entregar o objeto conforme todas as especificações do edital e seus anexos.
- k) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- l) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.2 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além dos encargos resultantes da observância da Lei nº 13.306/2016 e da Lei nº 10.520/02, são obrigações da DESO:

- a) Solicitar a execução do objeto à contratada, através da emissão da ordem de fornecimento.
- b) Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual.
- c) Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.
- d) Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- e) Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- f) Aplicar as penalidades e sanções previstas em lei e neste instrumento, na hipótese de a contratada não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos materiais, arcando a referida contratada com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE.
- g) Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com àqueles praticados no mercado pelas demais empresas do mesmo ramo, de forma a garantir que os preços contratados continuem a ser os mais vantajosos para a Administração.
- h) Assegurar os recursos financeiros necessários para contratação do objeto;

10.3 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA XI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos financeiros específicos, alocados na DESO, contido no orçamento de 2021, os quais serão detalhadamente discriminados quando da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento.

CLÁUSULA XII – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO OBJETO

12.1 – Nos termos do Decreto 7.892/2013, é vedado efetuar acréscimos nos quantitativos

fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 81 da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA XIII – DO PAGAMENTO

13.1 – O fornecimento objeto desta Ata será pago quando devidamente aceito pela fiscalização da DESO, mediante apresentação dos documentos abaixo transcritos e exigidos na R.D.E. nº 12/2004 de 13/07/04 e na R.D.E nº 21/2015 de 22/10/2015 desta Companhia, que depois de conferidos e visados serão encaminhados para processamento e posterior pagamento em **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de entrada da fatura no Protocolo da DESO.

- As faturas só serão liberadas para pagamento após aprovadas pela Fiscalização da DESO.
- Qualquer erro detectado no documento de cobrança acarretará a devolução do mesmo à CONTRATADA para correções e acertos, iniciando-se, após nova apresentação, a contagem de novos prazos para pagamento.

13.1.1 – Nota Fiscal e Fatura/Recibo com o mesmo CNPJ constante do processo licitatório e do preâmbulo deste instrumento, constando nos seus anversos, o número do Contrato e da Ordem de Serviço;

a) Quando houver emissão de nota fiscal eletrônica, informamos que a DESO disponibiliza o seguinte endereço eletrônico: **nfse@deso-se.com.br**, para receber as notas fiscais eletrônicas emitidas pela empresa CONTRATADA.

13.1.2 – Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda comprovando sua regularidade para com a Fazenda Federal, abrangendo as Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS);

13.1.3 – Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em conformidade com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011;

13.1.4 – Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal – CAIXA, comprovando sua regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

13.1.5 – Certidão Negativa de Débitos, emitida pela DESO, referente aos serviços prestados pela Companhia, conforme R.D.E. nº 21/2015, de 22/10/2015;

13.1.6 – Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de regularidade perante a Secretaria da Fazenda ou de Finanças (ICMS), referente ao Estado da Federação a que se refere a emissão da respectiva Nota Fiscal;

13.2 – É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a entrega a DESO, dos documentos de cobrança acompanhado dos seus respectivos anexos, de forma, clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica em desconsideração pela DESO dos prazos estabelecidos para conferência e pagamento.

13.3 – A Nota fiscal/Fatura deverá destacar o valor dos impostos ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção

do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

13.4 – Caso a CONTRATADA seja optante do SIMPLES, deverá apresentar, acompanhado da Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

13.5 – Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13.6 – Somente poderá ser acatada junto ao faturamento, Nota Fiscal dentro do seu período de validade de emissão, cujo CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas corresponda àquele do Contrato e da respectiva Ordem de Serviço.

13.7 – Todo e qualquer pagamento será efetuado através da Rede Bancária em Aracaju, sob pena da incidência das taxas de serviços para pagamentos por Ordem Bancária para outras Praças.

13.8 – A DESO incorrerá em mora caso não efetue o pagamento das faturas no 30º (trigésimo) dia de sua apresentação no protocolo da DESO, conforme disposto no item **13.1** acima, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto. Passado este prazo, estará obrigada a efetuar a compensação financeira, ou seja, correção monetária por atraso de pagamento, calculada com base no INPC ou outro índice substitutivo, calculando-se o período compreendido entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até a data do seu efetivo pagamento.

a) Caso o trigésimo dia ocorra em data não útil na administração da DESO, o vencimento será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente;

b) A administração da DESO poderá realizar pagamento antes do 30º (trigésimo) dia da apresentação das faturas no protocolo da DESO, sendo que no caso da DESO efetuar o pagamento após o 30º(trigésimo) dia e havendo requerimento do contratado pela mora, a DESO deverá promover a compensação financeira quando ocorrer pagamentos antecipados, calculado com base no INPC ou outro índice substitutivo, entre a data do efetivo pagamento e a data de vencimento.

13.9 – A DESO fica autorizada a promover a retenção de créditos devidos em decorrência da execução do presente contrato quando se fizer necessário para evitar prejuízo decorrente do inadimplemento do contrato.

13.10 – Fica estabelecido que a contratada não procederá ao desconto de título, não fará cessão de crédito, nem fará apresentação para cobrança pela rede bancaria e a DESO não endossará nem dará aceite a eventuais títulos que forem apresentados por terceiros.

13.11- Nenhum pagamento será efetuado, a qualquer título, à empresa que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados.

CLÁUSULA XIV – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

14.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o seu custo, cabendo à DESO, através do Gerenciador da Ata, promover as necessárias negociações junto aos Prestadores, observando o disposto do Edital do Pregão Eletrônico nº 013/2021.

14.2 – A revisão dos preços dar-se-á, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Ata, cuja comprovação se admitirá através de documentação que comprove a alteração dos preços e de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

14.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) Convocar o prestador visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, o prestador será liberado do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais prestadores visando igual oportunidade de negociação;

14.4 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o prestador, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) Liberar a Contratada do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do recebimento do empenho;
- b) convocar os demais prestadores visando igual oportunidade de negociação.

14.5 – Caso a DESO já tenha emitido a(s) Ordem(ns) de Fornecimento(s) para a realização dos serviços e, a empresa não tenha ainda realizado o pedido de revisão de preços, este não incidirá sobre o(s) pedido(s) já formalizado(s) durante o período de análise.

14.6 – A DESO terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido de revisão;

14.7 – Durante o período de análise do pedido de revisão, a Contratada terá que efetuar as entregas dos pedidos pelos preços registrados na Ata.

14.8 – Após o pedido de revisão e no caso de sua aceitação, a DESO providenciará o reforço dos valores pertinentes aos bens da(s) Ordem(ns) de Fornecimento(s) emitida(s) durante o período de análise.

14.9 – A Contratada obrigará-se a realizar os serviços pelos preços registrados, caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

14.10 – O não cumprimento da entrega nas condições estabelecidas implicará pena de suspensão do direito de licitar pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto em lei.

14.11 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA XV – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 – As Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação serão canceladas automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência;
- b) Quando não restarem prestadores registrados;
- c) Por interesse público devidamente comprovado pela DESO.

CLÁUSULA XVI – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO PRESTADOR

16.1 – A Contratada terá seu registro na Ata cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

16.1.1 – A pedido, quando:

- a)** Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b)** O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado e/ou dos insumos que compõem o custo dos serviços.

16.1.2 – Por iniciativa da DESO, quando:

- a)** A adjudicatária não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
- b)** A adjudicatária perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no procedimento licitatório;
- c)** Por razões de interesse público, devidamente, motivado e justificado;
- d)** A Contratada não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- e)** A Contratada não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente.

16.2 – É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA XVII – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 – O gerenciamento deste instrumento caberá à GERÊNCIA DE COMPRAS E ALMOXARIFADO da DESO.

CLÁUSULA XVIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 – A Contratada, pelo inadimplemento de suas obrigações, garantida a sua prévia defesa no prazo de 10 (dias) dias úteis, ficará sujeita as seguintes sanções previstas no RILC e na Lei 13.303/2016:

18.1.1 - Advertência;

18.1.2 - Multa moratória;

18.1.3 - Multa compensatória;

18.1.4 - Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contatar com a DESO, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

18.1.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

18.2 - As sanções constantes no subitem 18.1 poderão ser aplicadas de forma cumulativa.

18.3 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio de defesa, o fornecedor que:

18.3.1 - Ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação;

18.3.2 - Não mantiver proposta, injustificadamente;

18.3.3 - Comportar-se de modo inidôneo;

18.3.4 - Fizer declaração falsa;

18.3.5 - Cometer fraude fiscal;

18.3.6 - Falhar ou fraudar no fornecimento do objeto.

18.4 - São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras, as previstas no art. 186 do RILC.

18.5 - As multas estabelecidas serão entendidas como independentes e cumulativas e serão compensadas pela DESO com as importâncias em dinheiro, relativas às prestações a que corresponderem, ou da garantia do contrato, quando for o caso, cobradas judicialmente.

18.6 - A aplicação de sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao cadastro de fornecedores e no sistema de gerenciamento de contatos da DESO, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada ou não.

18.7 - A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II – Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, poderá ser aplicada multa correspondente 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

III – Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido por este edital, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

IV – No caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente 5% do valor total do contrato;

V – No caso de inexecução parcial, incidirá multa na razão de 10% sobre o valor da parcela não executada;

VI – No caso de inexecução total, incidirá multa na razão de 30% sobre o saldo remanescente do contrato;

VII – Nos demais casos de atraso, incidirá multa na razão de 10% sobre o valor da parcela em atraso.

18.8 - Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a DESO descontará a referida importância de eventuais créditos a vencer da empresa contratada. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a DESO executará a garantia quando exigida, e quando for o caso, será cobrada judicialmente.

18.9 - A DESO poderá quando do não pagamento da multa pela Contratada, aplicar a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a DESO, por até 02 (dois) anos;

18.10 - Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à DESO, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros, aplicando a disposição do art. 189 e 190 do RILC em face da legislação fiscal, previdenciária, social ou trabalhista.

CLÁUSULA XIX – DAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS

19.1 – O compromisso será efetivado através da emissão da Ordem de Fornecimento que, nas aquisições advindas do Sistema de Registro de Preços da DESO terá força de contrato.

19.2 – Após o recebimento da Ordem de Fornecimento, a Contratada terá que atender o solicitado e emitir Nota Fiscal/Fatura do serviço efetivado, em nome da DESO, na forma e condição estabelecida no Edital e seus anexos e nesta Ata.

19.3 – A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e nesta Ata.

19.4 – Os casos omissos serão resolvidos com base, nas normas técnicas gerais ou especiais aplicáveis.

19.5 – A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.6 – Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na DESO.

19.7 – Quaisquer outras informações poderão ser obtidas junto à GERÊNCIA DE COMPRAS E ALMOXARIFADO da DESO.

19.8 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 13.303/2016, suas alterações, e demais normas aplicáveis.

19.9 – Esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS foi elaborada pela advogada **Rosângela Resende Silva**, da Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos.

19.10 - A empresa W.C.S. Comercial de Materiais de Escritório e de Limpeza Ltda-ME para garantia do futuro Contrato, escolheu a CAUÇÃO na modalidade *Dinheiro*.

19.11 – Para dirimir na esfera judicial as questões oriundas da presente Ata, será competente o Foro da cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe.

19.12 – E, por estarem assim justas e contratadas, assinam a presente em 2 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, depois de lida e achada conforme, para que se produzam os seus jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumpri-la em todas os seus itens, por si e seus sucessores, dando-o por firme, bom e valioso a qualquer tempo, em Juízo e fora dele.

Aracaju/SE, 23 de fevereiro de 2021.

CARLOS FERNANDES DE
MELO NETO:66182883553

Assinado de forma digital por CARLOS
FERNANDES DE MELO
NETO:66182883553
Dados: 2021.03.04 12:44:21 -03'00'

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO
ENG.º CARLOS FERNANDES DE MELO NETO
PRESIDENTE

JOSE WELTON CARVALHO
SANTOS:01756863512

Assinado de forma digital por JOSE
WELTON CARVALHO SANTOS:01756863512
Dados: 2021.03.04 09:29:35 -03'00'

W.C.S. COMERCIAL DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E DE LIMPEZA LTDA-ME
JOSÉ WELTON CARVALHO SANTOS
FORNECEDOR

ANEXO I – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

LOTE 04						
ORDEM	CÓD	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
4.1		SACO PLÁSTICO 3 KG, CARACTERÍSTICAS: TRANSPARENTE; TIPO SACO; MEDINDO 25 CM X 35 CM; ESPESSURA: 0,20MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PCT	260	21,00	5.460,00
4.2		SACO PLÁSTICO 5 KG, CARACTERÍSTICAS: TRANSPARENTE; TIPO SACO; MEDINDO 30 X 50 CM; ESPESSURA: 0,20MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PCT	140	39,00	5.460,00
4.3		SACO PLÁSTICO 7 KG, CARACTERÍSTICAS: TRANSPARENTE; TIPO SACO; MEDINDO 40X60 CM; ESPESSURA: 0,20MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PCT	80	65,00	5.200,00
4.4		SACO PLÁSTICO 10 KG, CARACTERÍSTICAS: TRANSPARENTE; TIPO SACO; MEDINDO 60X90 CM; ESPESSURA: 0,20MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PCT	40	76,99	3.079,60
VALOR TOTAL DO LOTE 04.....					R\$ 19.199,60	

ANEXO II – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**Referência: Pregão Eletrônico nº 013/2021****CADASTRO DE RESERVA**

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO		
PRIMEIRO COLOCADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	NOME DO FORNECEDOR	CNPJ
1º CADASTRO DE RESERVA	NOME DO FORNECEDOR	CNPJ
2º CADASTRO DE RESERVA	NOME DO FORNECEDOR	CNPJ
3º CADASTRO DE RESERVA	NOME DO FORNECEDOR	CNPJ
[...] E ASSIM SUCESSIVAMENTE, QUANTOS HOVEREM CADASTRADOS		

1. Será incluído neste ANEXO, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.
2. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata será respeitada nas contratações.
3. O registro a que se refere este ANEXO tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto 7.892/2013.
4. Se houver mais de um licitante nesta situação desta, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.
5. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada na hipótese prevista no item 13 e subitens do Pregão Eletrônico nº 013/2021 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto 7.892/2013.

Aracaju/SE, 23 de fevereiro de 2021.

Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO
Eng.º Carlos Fernandes de Melo Neto
Diretor-Presidente

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Banese



RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO DE PRAZO

PROCESSO: DP 012/2019
CONTRATO: 4600002069
CONTRATADA: BANESE ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA
CNPJ: 13.180.351/0001-73
OBJETO: Prorrogação do prazo por mais 12 (doze) meses a contar da data de 22/02/2021 até 21/02/2022.
PRAZO ANTERIOR: De: 25/10/19 a 21/02/2021
PRAZO ATUAL: De 25/10/19 a 21/02/22
VALOR DO ADITIVO: R\$ 286.584,33
PARECER JURÍDICO: 028/2021

RESUMO DO 3º TERMO ADITIVO

PROCESSO: DP 003/2013
CONTRATO: 4600001116
CONTRATADA: INSTITUTO BANESE DE SEGURIDADE SOCIAL - SERGUS
CNPJ: 15.582.513/0001-25
OBJETO: Redução no valor de aproximadamente 24,84%, devido a entrega do item do contrato: MAGAZINE, valor mensal: R\$25.755,46; no dia 26/02/21.
VALOR DO ADITIVO: R\$ 103.699,06
PARECER JURÍDICO: 028/2021
DATA DA ASSINATURA: 09/02/2021

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.

DATA: 18 de dezembro de 2020. HORÁRIO: 14:30 horas.
LOCAL: Sala de Reunião da Diretoria Executiva do Banco do Estado de Sergipe S.A., situada no Centro Administrativo Banese, localizado na Rua Olímpio de Souza Campos Júnior, nº 31, Bairro Inácio Barbosa, Aracaju (SE). **PRESENCAS:** Sr. Helom Oliveira da Silva (Presidente); Sr. Aléssio de Oliveira Rezende (Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores) e Sr. Juvenal Francisco da Rocha Neto (Assessor Jurídico e Coordenador do Comitê de Elegibilidade). **PRESENCAS POR MEIO DE VIDEOCONFERÊNCIA:** Membros do Conselho de Administração: MESA: Sr. José Augusto Chaves Resende, Presidente do Conselho e na secretaria dos trabalhos o Sr. Aléssio de Oliveira Rezende. **ORDEM DO DIA:** Eleição de Membro da Diretoria Executiva do BANESE. **DELIBERAÇÕES:** O Presidente do Conselho, Sr. José Augusto Chaves Resende, abriu a reunião comunicando aos presentes a posse do Conselheiro Tiago Curi Isaac, ocorrida no dia 02/12/2020, dando-lhe as boas-vindas, bem como parabenizando o corpo diretivo pela posse efetivada em 04/12/2020. Dando prosseguimento, o Presidente do Conselho leu a ordem do dia informando a todos acerca do teor do Ofício Externo nº 180/2020, oriundo do Gabinete do Governador, que indica o Sr. Ademário Alves de Jesus para compor a Diretoria Executiva do Banese, no cargo de Diretor de Crédito e Serviços em substituição a Sra. Olga Maria dos Santos Carvalhaes, que renunciou ao cargo em 04 de dezembro do corrente ano. Ante o exposto, os membros do Conselho de Administração solicitaram que fossem registrados os agradecimentos pela dedicação e valiosa contribuição prestada pela Diretora Olga Maria ao longo de toda sua trajetória nesta Instituição Financeira, passando, em seguida, a análise da ordem do dia. Ao continuou, a palavra foi franqueada ao Coordenador do Comitê de Elegibilidade, Sr. Juvenal Francisco da Rocha Neto, que manifestou-se, em nome do COMEL, no sentido de que não fora constatada qualquer vedação à indicação do candidato para exercer o cargo de Diretor de Crédito e Serviço do Banco, estando, portanto, o Sr. Ademário, habilitado a ser eleito por este Colegiado. Ante o exposto, após a análise da ata de reunião elaborada pelo Comitê de Elegibilidade, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, a eleição, como Diretor de Crédito e Serviços do Banco do Estado de Sergipe S.A., do Sr. ADEMÁRIO ALVES DE JESUS, brasileiro, solteiro, mestre em gestão empresarial, portador da C.I. nº 1400632 SSP-SE e CPF nº 003.660.555-77, residente e domiciliado na Rua Aloísio Braga, nº 535, Condomínio Campos Dourados, Apto 501, Bloco A, Suíssa, Aracaju - SE, CEP 49050-050, Aracaju (SE), para mandato complementar de 2020/2022. Por fim, foi ressaltado que o eleito para compor a Diretoria Executiva preenche as condições previstas na Resolução 4.122/2012, emitida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, declara ter ciência acerca dos requisitos e impedimentos estabelecidos nas Leis Federais nos 13.303/2016 e 6.404/1976 e exercerá o cargo até a posse do que for eleito em Reunião do Conselho de Administração de 2022. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião da qual eu, Aléssio de Oliveira Rezende, lavei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos membros do Conselho de Administração: Srs. José Augusto Chaves

e Tiago Curi Isaac. Homologada pelo Banco Central do Brasil em 18.02.2021, através do 4014/2021-BCB/Deorf/GTSAL e registrada na Junta Comercial de Sergipe em 26.02.2021 sob nº 20210083824.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.

DATA: 28 de dezembro de 2020. HORÁRIO: 14:30 horas.
LOCAL: Sala de Reunião da Diretoria Executiva do Banco do Estado de Sergipe S.A., situada no Centro Administrativo Banese, localizado na Rua Olímpio de Souza Campos Júnior, nº 31, Bairro Inácio Barbosa, Aracaju (SE). **PRESENCAS:** Srs. Gilberto Magalhães Occhi e Ana Cristina de Carvalho Prado Dias (Membros do Conselho de Administração); Sr. Helom Oliveira da Silva (Presidente); Sr. Aléssio de Oliveira Rezende (Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores); Sr. Juvenal Francisco da Rocha Neto (Assessor Jurídico); Sr. Daniel Felipe Viana Mundurucu (Superintendente de Finanças) e Sr. Rhuan Dias da Mota Costa (Gerente da Área de Relações com Investidores). **PRESENCAS POR MEIO DE VIDEOCONFERÊNCIA:** Membros do Conselho de Administração: a Sra. Lea Selmara Almeida de Matos (Diretora Administrativa); o Sr. Luciano Cerqueira Passos (Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia) e Sra. Soraia Tathiana Bastos Vieira (Superintendente de Finanças). **MESA:** Sr. José Augusto Chaves Resende, Presidente do Conselho e na secretaria dos trabalhos o Sr. Aléssio de Oliveira Rezende. **ORDEM DO DIA:** 1) Planejamento Estratégico e de Capital 2021-2025; 2) Declaração de Apetite por Risco (RAS); 3) Orçamento Empresarial referente ao ano 2021; 4) Propostas de Orçamento de Despesas Administrativas e de Investimentos referentes ao ano 2021; 5) Apresentação do Resultado de Outubro/2020; 6) Encaminhamento do Sumário Executivo de Gerenciamento de Riscos - Outubro/2020; 7) Eleição do Vice-Presidente do Conselho de Administração; 8) Designação do Superintendente de Auditoria Interna; 9) Acompanhamento dos Atos da Administração. **DELIBERAÇÕES:** 1) O Presidente do Conselho, Sr. José Augusto Chaves Resende, abriu a reunião, lendo a ordem do dia e franqueando a palavra ao Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia, Sr. Luciano Cerqueira Passos, que passou a explicar o Plano Estratégico 2021-2022 e o Planejamento Estratégico 2021-2025 do Banco. Em seguida, a palavra foi transferida para o Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores, Sr. Aléssio de Oliveira Rezende, que apresentou o Plano de Capital do Conglomerado Banese, em estrita aderência ao Planejamento Estratégico e Orçamentário da Instituição. Procedida a análise das informações e dirimidas as dúvidas levantadas, o Colegiado aprovou, por unanimidade, este item de pauta. 2) Ao continuou, permanecendo com a palavra, o Diretor Aléssio Rezende apresentou a Declaração de Apetite por Riscos (RAS), que foi aprovada, por unanimidade, pelos membros do Conselho. 3) Prosseguindo os trabalhos, o Diretor Aléssio Rezende também apresentou a Proposta de Orçamento Empresarial referente ao ano de 2021. Sanadas as dúvidas, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, o Orçamento Empresarial nos moldes apresentados. 4) Em continuidade, foram apresentadas as Propostas de Orçamento de Despesas Administrativas e de Investimentos referentes ao ano 2021, as quais foram aprovadas, por unanimidade, pelos membros do Conselho. 5) Neste item, o Diretor Aléssio Rezende procedeu a apresentação do resultado do mês de outubro do corrente ano. Finalizada a exposição e concluído o exame dos documentos, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, este item de pauta. 6) Em seguida, foi apresentado, para ciência dos membros presentes, o Sumário Executivo de Gerenciamento de Riscos de Outubro/2020. 7) Em conformidade com o disposto no artigo 16, inciso II, do Estatuto Social do Banco, os membros do Conselho de Administração elegeram, unanimemente, o Sr. Guilherme Maia Rebouças, brasileiro, casado, economista, portador da C.I. nº 1.012.644 SSP/SE e CPF nº 654.430.125-68, residente e domiciliado na Rua José Vicente de Almeida, nº 150, Condomínio Melício Machado, Casa A-28, Zona de Expansão, CEP 49.000-560, Aracaju (SE), como Vice-Presidente deste Órgão até o término do seu mandato que se estenderá até a posse do seu substituto a ser eleito em reunião do Conselho de Administração de 2022. 8) Neste item, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Resolução CMN nº 4.588/2017, foi aprovado, por unanimidade, a nomeação do empregado Joaquim Braga Júnior como Superintendente de Auditoria Interna. 9) Após análise da documentação pertinente, os membros do Conselho de Administração se declararam cientes acerca das atas das reuniões da Diretoria Executiva ocorridas em novembro do corrente ano. Por fim, o Conselheiro Tiago Curi Isaac recomendou que o Comitê de Auditoria apresente manifestação formal endereçada ao Conselho sobre as decisões de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião da qual eu, Sr. Aléssio de Oliveira Rezende, lavei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos membros do Conselho de Administração: Srs. José Augusto Chaves Resende, Ana Cristina de C. Prado Dias, Gilberto Magalhães Occhi, Guilherme Maia Rebouças, Marcos Venícios Nascimento, Silvana Maria Lisboa Lima e Tiago Curi Isaac. Registrada na Junta Comercial de Sergipe em 09.02.2021 sob nº 20200635889.

Deso

4º ADITIVO CONTRATO 035/2018 //Base legal: Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 //Contratada: MG TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP //Objeto: Prorrogar prazo, 12 meses.

4º ADITIVO CONTRATO 132/2017 //Base legal: Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 //Contratada: CAMEL EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA //Objeto: Prorrogar prazo, 12 meses.

Ata de Registro de Preços nº 010/2021 //Base Legal: 13.303/2016 //Órgão Gerenciador: DESO //Empresa Compromissária: W.C.S. COMERCIAL DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E DE LIMPEZA LTDA-ME //Objeto: Registro de Preços, para aquisição de materiais diversos, lote 04. //R\$ 19.199,60 //12 meses //Recursos próprios.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO
URBANO E SUSTENTABILIDADE - SEDUBS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO
CNPJ Nº 13.018.171/0001-90

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 16.03.2021 às 09:00 horas, na sede Social da empresa, à Rua Campo do Brito nº 331, Bairro Praia 13 de Julho, Aracaju - SE, quando será apreciada e deliberada a seguinte ORDEM DO DIA:
a) Eleição de membro do Conselho Fiscal;

b) O que ocorre.

Aracaju, 04 de março de 2021

MARCOS VENÍCIOS NASCIMENTO
Presidente do Conselho de Administração
Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO

AVISO DE LICITAÇÃO

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO torna público que realizará às 09:30 horas do dia 29 de março de 2021, na sala da Comissão Permanente de Licitações, conforme novo procedimento das sessões presenciais de licitação por meio de videoconferência, devido a situação pandêmica acarretada pelo do Novo Coronavírus - COVID-19, a LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 006/2021 - DESO. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE TAU'S (TANQUES AMORTECEDORES UNIDIRECIONAIS) E TRAVESSIAS AÉREAS EM AÇO CARBONO, PERTENCENTES AO SISTEMA DA ADUTORA DO SÃO FRANCISCO/SE. O Edital completo bem como as instruções para participação desse processo licitatório poderá ser obtido no site www.deso-se.com.br. Esta LICITAÇÃO PÚBLICA obedece aos princípios básicos de licitação constantes nas normas gerais estabelecidas pela Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016 e Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios (RILC) da DESO, aprovado pelo Conselho de Administração da DESO em 24/01/2018 e publicado em 22 de março de 2018, com vigência desde 02/05/2018. Hercílio da Silva Ramos Junior, Presidente da CPL.



DESO
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2021

Contratada - AUGE EQUIPAMENTOS LTDA; CNPJ: 19.798.549/0001-00. Objeto. Contratação de empresa de manutenção mecânica, em serviço de engenharia, para a recuperação da bomba da Estação de Captação Flutuante do Jacarecica, Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Areia Branca/Itabaiana, pertencente a Companhia de Saneamento de Sergipe-DESO. Valor: R\$ 33.586,25. Base Legal: Art. 120, inciso I e II, e do RILC combinado com Art. 29, inciso II da 13.303/2016 (DESO) / Hercílio da Silva Ramos Junior, Presidente da CPL/DESO.



DESO
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2021

Contratada - M & I CONSTRUÇÕES E REFORMAS URBANAS LTDA; CNPJ: 19.420.957/0001-15. Objeto. Execução de obras e serviços para implantação de pontos fixos de coleta de amostras de Água na Região Metropolitana de Aracaju. Valor: R\$ 80.124,40. Base Legal: Art. 120, inciso I e II, e do RILC combinado com Art. 29, inciso II da 13.303/2016 (DESO) / Hercílio da Silva Ramos Junior, Presidente da CPL/DESO.

002399

000200

WCS COMERCIAL DE MATE. DE ESCRI. E DE LIMPEZA LTDA

CNPJ: 02.081.582/0001-03 - INSC. ESTADUAL 27.094.995-0

Rua Pernambuco nº 1230 - B. Siqueira Campos

Cep - 49.075 -460 - TEL: - 9199 3232 - e-mail: wescm@hotmail.com

Aracaju - Sergipe

ARACAJU, 10 DE FEVEREIRO DE 2021**A****COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO
NESTA****REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO N. 13/2021 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	UNID.	Qtd.			
				MARCA	V/Unt.	TOTAL
LOTE 04						
1	SACO PLÁSTICO 3 KG, CARACTERÍSTICAS: TRANSPARENTE; TIPO SACO; MEDINDO 25 CM X 35 CM; ESPESSURA: 0,20MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PCT	260	BARBOSA	R\$ 21,00	R\$ 5.460,00
2	SACO PLÁSTICO 5 KG, CARACTERÍSTICAS: TRANSPARENTE; TIPO SACO; MEDINDO 30 X 50 CM; ESPESSURA: 0,20MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PCT	140	BARBOSA	R\$ 39,00	R\$ 5.460,00
3	SACO PLÁSTICO 7 KG, CARACTERÍSTICAS: TRANSPARENTE; TIPO SACO; MEDINDO 40X60 CM; ESPESSURA: 0,20MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PCT	80	BARBOSA	R\$ 65,00	R\$ 5.200,00
4	SACO PLÁSTICO 10 KG, CARACTERÍSTICAS: TRANSPARENTE; TIPO SACO; MEDINDO 60X90 CM; ESPESSURA: 0,20MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PCT	40	BARBOSA	R\$ 76,99	R\$ 3.079,60

Total Geral: R\$ 19.199,60**DEZENOVE MIL CENTO E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS**

* Prazo de vigência do Contrato é de: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, ambos contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento

* Os materiais serão entregues no Almojarifado Central da DESO, situado no Conjunto Marcos Freire II, em Nossa Senhora do Socorro - Grande Aracaju/ SE, no horário das 07:00 horas às 12:00 horas, e em dias úteis, em condições de transporte CIF. Em nenhuma hipótese a DESO receberá produto aos sábados, domingos, feriados e dias santo nacionais, estaduais e municipais.

* O prazo de validade da proposta não pode ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da sessão pública de abertura desta licitação

000201

* De acordo com a Portaria nº 723/96 de 13/06/96, da Secretaria da Fazenda deste Estado, o ICMS destacado nas Notas Fiscais deverá ser calculado a alíquota interna adotada no Estado de origem para a mercadoria licitada - NO CASO DE SERGIPE 17%

* Para garantia da execução do Contrato, recolherá na 2.05.00/GSF – Gestão do Sistema Financeiro desta Companhia, até o pagamento da 1ª fatura, a importância correspondente a 3% (três por cento) do valor Contratual, em uma das seguintes modalidades: 1 - Caução em Dinheiro

* Prazo de entrega: 10 dias corridos contados a partir da data de cada solicitação, que será de acordo com a necessidade da DESO;

* Condições de pagamento: 30 DIAS após entrega do material

* Preços unitários e totais dos materiais, inclusos IPI, demais impostos, descarregamento e arrumação por conta do fornecedor


JOSE WELTON CARVALHO SANTOS
SÓCIO - ADMINISTRADOR

JOSE
WELTON
CARVALHO
SANTOS:01
756863512

Assinado de
forma digital por
JOSE WELTON
CARVALHO
SANTOS:0175686
3512
Dados: 2021.02.10
09:34:23 -03'00'

02.081.582/0001-03
WCS COMERCIAL DE MATERIAIS DE
ESCRITÓRIO E DE LIMPEZA LTDA-ME
Rua: Pernambuco, nº 1230
B: Siqueira Campos - CEP: 49.075-460
Aracaju - SE